

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 064

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

|                                |                              |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> .....  | <i>Durval Amaral</i>         |
| <i>Líder da Oposição</i> ..... | <i>Waldyr Pugliesi</i>       |
| <i>PTB</i> .....               | <i>Carlos Simões</i>         |
| <i>PFL</i> .....               | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> .....              | <i>Ademar Luiz Traiano</i>   |
| <i>PMDB</i> .....              | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....               | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....                | <i>Luciana Rafagnin</i>      |
| <i>PDT</i> .....               | <i>Luiz Carlos Zuk</i>       |
| <i>PSL</i> .....               | <i>Luiz Carlos Martins</i>   |
| <i>PL</i> .....                | <i>Pastor Edson Praczyk</i>  |
| <i>PPS</i> .....               | <i>Marcos Isfer</i>          |

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
20 DE MAIO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Milton Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 018/2002

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o

incluso anteprojeto de lei que, de conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, autoriza o Poder Executivo a firmar com a Secretaria da Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área de, aproximadamente, 15.488,75m2, contendo uma edificação com uma área de 221,31m2, de propriedade do Estado do Paraná, situada no Km 683 da BR-277, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829. Tal cessão de uso terá prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser renovada, mediante consenso entre as partes.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade eis que a União irá utilizar o imóvel que lhe será cedido, nas instalações do posto de fiscalização da Receita Federal em ponto estratégico da BR-277.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 339/2002**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar, com a Secretaria da Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área de, aproximadamente, 15.488,75m2, contendo uma edificação com uma área de 221,31m2, de propriedade do Estado do Paraná, situada no Km 683 da BR-277, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado, exclusivamente, como posto de fiscalização da Delegacia da Receita Federal, não podendo ter destinação diversa, sob pena dessa cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - A cessão de uso de que trata esta lei terá prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser renovada, mediante consenso entre as partes e obedecido ao que preconiza o artigo 10, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 019/2002

Curitiba, 15 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei dispondo que os professores e especialistas de educação do Magistério Público Estadual, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, do

Quadro Único de Pessoal e professores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação especial por assiduidade.

O valor de tal gratificação será de R\$50,00 (cinquenta reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 1 (uma) a 20 (vinte) horas semanais, de R\$75,00 (setenta e cinco reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) horas semanais e de R\$100,00 (cem reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 31 (trinta e uma) a 40 (quarenta) horas semanais.

O plano de lei em referência é de grande significado porque, mais uma vez, expressa a preocupação do Governo do Estado em atender, na medida do possível, as reivindicações do funcionalismo integrante do Magistério.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos professores e especialistas de educação do Magistério Público Estadual, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, do Quadro Único de Pessoal e professores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho pela Secretaria de Estado da Educação e/ou Serviço Social Autônomo Paranaeducação, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação especial por assiduidade.

§ 1º - O valor da gratificação especial por assiduidade será de R\$50,00 (cinquenta reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 1 (uma) a 20 (vinte) horas semanais, de R\$75,00 (setenta e cinco reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) horas semanais e de R\$100,00 (cem reais) para o professor ou especialista de educação com carga horária de 31 (trinta e uma) a 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Toda e qualquer ausência que não possua justificativa legal ensejará o não percebimento da gratificação especial por assiduidade.

§ 3º - A gratificação prevista no *caput* deste artigo será de natureza meritória, transitória e excepcional.

Art. 2º - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata ou da unidade de recursos humanos competente.

Art. 3º - A gratificação prevista no artigo 1º desta lei será paga aos servidores em 09 (nove) parcelas, mensais, sucessivas e inacumuláveis, não se incorporará à remuneração do servidor e não será computada para fins de contribuição previdenciária.

Art. 4º - A gratificação por assiduidade não integrará a base de cálculo para o pagamento de aulas extraordinárias, serviço extraordinário, vale transporte e auxílio alimentação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/182 e 184/2002 do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei nºs 533/2001, 633/99 e 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 457/2002, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades do Tribunal, relativo ao 1º Trimestre de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1209

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 278/2002, que declara de Utilidade Pública o Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado - GAMBA.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

##### REQUERIMENTO Nº 1210

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 243/2002, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Débora Dias.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

##### REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 242/2002, que declara de Utilidade Pública a Liga das Associações Culturais de Assaí - LACA.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário a consignação na Ata da presente Sessão, de votos de pesar pelo falecimento do senhor Gentil Scalco, mui digno ex-prefeito do município de Pérola.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação aos seus semelhantes.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, sito à Rua Presidente Castelo Branco, 592, CEP 87.540-000, Pérola-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do ex-deputado federal, advogado e filósofo Luiz Losso, falecido em data de ontem nesta capital.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu em data de ontem um de seus grandes homens: faleceu aos 87 anos de idade, Luiz Losso - ex-deputado federal do nosso Estado, advogado e filósofo.

Luiz Losso veio de Urussunga/SC para Irati/PR com 15 anos de idade. Iniciou sua vida como comerciante, fazendeiro e industrial na cidade de Irati e Guarapuava e foi um dos pioneiros da urbanização da cidade de Campo Mourão no Norte do Paraná. Vindo para Curitiba, cursou Direito na UFPR e Filosofia na PUC, iniciando sua carreira jurídica em 1950. Idealista, atendeu Direito de Família, preferindo a conciliação dos casais antes do litígio.

Foi eleito deputado federal e assumiu de 1972 a 1974, atuando com Tancredo Neves na Comissão de Economia, onde foi relator do Projeto de Lei do Trabalho do Brasil como Mercado Comum Europeu (muito elogiado na época).

Luiz Losso era casado com a Sra. Maria Cavalli Losso e teve os filhos: advogados Igo Losso (ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-deputado federal), Carlos Losso (ex-vereador) Ezequias Losso (ex-vereador e ex-

deputado estadual), Miguel Losso e Santiago Losso (ex-vereador). Tinha 14 netos e bisnetos.

À sua família enlutada (Fábio Losso - Rua Buenos Aires, 420 - ap. 701 - 80250-070 - Curitiba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Dinorá Castelo Giroto, pelo falecimento de seu esposo, senhor Ângelo Giroto, ocorrido em Cianorte, no dia 12 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Miranda, pelo falecimento do senhor Moacir Miranda, ocorrido no dia 24 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Marly Miranda, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Vicente Cicarino, 1120 - Boa Vista - CEP 80.560-410 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Motin, pelo falecimento da senhora Zenóbia Pavin Motin, ocorrido no dia 11 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família do Senhor Dércio Gabriel Motin, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Francisco Bonato, nº 851, Centro, Colombo - Paraná, CEP 80.414-170; e ao senhor José Odilon Motin, à Rua José Bonato Strapasson, nº 706, Caixa Postal 83, Colombo - Paraná, CEP - 83.414-380.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Sabadin da Silva, pelo falecimento da senhora Rosangela

Sabadin da Silva, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Odete Sabadin da Silva e ao esposo senhor Ismail Rodrigues da Silva, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Alderico Bandeira de Lima, nº 609, Jardim Paulista, Campina Grande do Sul - Paraná, CEP 83.430-000.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Ferras, pelo falecimento do senhor João Moisés Ferraz, ocorrido no dia 07 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Cezarina de Jesus Carneiro Ferraz, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Da Pedreira nº 1450, Vila Guaracy, Paraná, CEP 83.404-010.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Gubaua, pelo falecimento da senhora Ignez Hella Gubaua, ocorrido no dia 07 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Tereza Gubaua Straiotto, através de correspondência a ser encaminhada, à Av. Vereador Wadislau Bugalski, 382 - CEP 83.507-270 - Lamenha Grande - Almirante Tamandaré - Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro nos Anais desta Casa, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Losso, ocorrido no dia 19 do corrente, e que seja remetida cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com profunda tristeza a notícia do falecimento do Sr. Luiz Losso, de tradicional família curitibana, pessoa da nossa mais estreita amizade, ex-

professor universitário, ex-juiz de Direito, muito querido pela nossa sociedade e que significativa contribuição proporcionou ao desenvolvimento da nossa comunidade, deixando saudades e um exemplo de trabalho e dedicação em prol da nossa gente, tendo prestado relevantes serviços ao povo paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recurso para a Escola Estadual Pedro Américo do Município de Serranópolis do Iguaçu - PR, objeto do protocolo nº 49946988.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1201

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recurso para a Escola Estadual Presidente Kennedy do município de Serranópolis do Iguaçu - PR, objeto do protocolo nº 44511339.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas do Estado, cópia da documentação referente à prestação de contas do município de Formosa do Oeste no exercício de 2000, conforme se segue:

- Parecer Técnico nº 4.024/01/DCM (fls. 681/706) e nº 279/2002 (906/915) e Instrução de fls. 894/905, conforme consta no parecer prévio deste Tribunal em anexo, sob o protocolo nº 103.314/2001 TC.

- Cópia das folhas em que consta o orçamento anual previsto para efeito de comparação com o orçamento executado, sobretudo para comparar o balancete anexo (rubrica destacada).

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica tendo em vista que as contas do município de Formosa do Oeste foram desaprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme parecer prévio em anexo.

Conforme apontado no parecer do Tribunal a desaprovação das contas se deu em decorrência das despesas empenhadas sem cobertura financeira e pelo acréscimo

na despesa total com pessoal em percentual superior ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, os vereadores do município necessitam das informações requeridas para poder exercer o poder de fiscalização e julgamento das contas municipais, pois conforme balancete em anexo, nos três meses que antecederam as eleições municipais de 2000, a despesa orçamentária foi superior a dos outros meses, contrariando assim a legislação eleitoral e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### REQUERIMENTO Nº 1203

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes Wilson Justus Soares seja realizada, com urgência, a restauração do pavimento da Rodovia do Cerne, no trecho entre Pirai do Sul e Ventania.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

Este trecho da estrada do Cerne está com o seu pavimento muito danificado e irregular, tornando o tráfico muito perigoso.

É preciso que se tome providências urgentes, pois trata-se de uma estrada importante de ligação entre o Norte e o Sul do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1204

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes Wilson Justus Soares seja realizada, com urgência, a estrada que liga Santa Mariana ao Distrito do Panema.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada está danificada e caso não seja restaurada imediatamente, corre-se o risco de perdê-la totalmente.

Além disso, a restauração é necessária para escoamento das safras de uma das maiores regiões produtoras de grãos do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 1205

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitadas ao senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor-presidente da Sanepar, providências urgentes para a melhoria do abastecimento de água no Distrito de Panema, município de Santa Mariana-PR.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

A água fornecida aos moradores do distrito referido é de péssima qualidade e tem provocado problemas de saúde em seus consumidores.

Segundo informações de diversos consumidores, o problema é antigo e por inúmeras vezes a Sanepar prometeu resolver o problema que até agora se apresenta sem solução.

Reiteramos em nome da comunidade e de sua saúde, o pedido à Sanepar para que resolva definitivamente o problema.

#### REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitadas a S. Exa. a senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, as providências necessárias para a instalação do laboratório de informática no Colégio Estadual “Vinícius de Moraes”, em Santa Amélia - PR.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

A direção anterior da escola desmontou o laboratório e amontou os equipamentos num canto da Escola.

O prédio da escola é de propriedade do Estado mas, em virtude de também nele funcionar uma escola municipal, a direção desta está usando a sala onde estava instalado o laboratório para outros fins.

Como há esse impasse, cabe à Secretaria de Estado da Educação tomar as providências para a instalação dos equipamentos de informática que a comunidade escolar está a exigir.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 341/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 13.529, de 26 de abril de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz-PR, de uma área de terras de sua propriedade, situado na cidade de Barbosa Ferraz, com área total de 20.340m2, devidamente matriculado sob o nº 7.049, do Livro 3-F do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de corrigir a transcrição da matrícula do imóvel doado ao município de Barbosa Ferraz, através da Lei nº 13.529, de 26 de abril de 2002.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 342/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social de Paranaíba, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

O Provopar - Ação Social do município de Paranaíba, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 11/11/91, por um grupo de pessoas, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da saúde, da educação, do esporte e do lazer, visando a recuperação integral da pessoa humana em todos os aspectos, principalmente àqueles menos favorecidos da sociedade.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

**PROJETO DE LEI Nº 343/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Botafogo Futebol Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Botafogo Futebol Clube é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade promover atividades de caráter social, cultural e esportivo.

Dentro desta finalidade, o Botafogo Futebol Clube tem desenvolvido uma série de atividades esportivas com cunho assistencial, tais como: torneios de futebol para arrecadação de alimentos e cestas básicas, escolinha gratuita de futebol, além de realização de trabalho de educação ambiental e higiene em regiões pobres, bingo para arrecadação de fundos, todos com renda destinada às pessoas) crianças e adultos) carentes.

Por suas finalidades, comprovadas pela documentação acostada, estamos solicitando a declaração de Utilidade Pública.

**PROJETO DE LEI Nº 344/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, na cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**JUSTIFICATIVA:**

O Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio - Paraná, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas residentes em sua área geográfica.

É uma entidade que tem como objetivo desenvolver o trabalho de natureza assistencial, cultural e social, organizar a ação do voluntariado para a melhoria dos serviços prestados nas diferentes entidades sociais e promover a integração com órgãos oficiais, que atuem no campo social para melhor atendimento às entidades sociais.

Sem dúvida o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio merece a aprovação da lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses da comunidade do município de Primeiro de Maio.

**PROJETO DE LEI Nº 345/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto de lei é declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, fundada em 15 de junho de 1.993; está estabelecida na Avenida General Canabarro, nº 579, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. Devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.096.682/0001-40. É uma entidade sem fins lucrativos, de natureza cultural, educativa e recreativa, e tem como objetivos, dentre outros, os seguintes:

a) incentivar a dança, o teatro, o coral, a banda e demais atividades culturais e difundir-los através de apresentações em eventos;

b) proporcionar aos participantes mais uma forma de lazer e enriquecimento dos seus conhecimentos.

Desta forma, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 346/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder cessão de uso, ao município de Jaguapitã, do imóvel que sediava a Agência de Rendas Estadual, especificado como lote 24, da quadra 44, da Planta Geral daquele município, conforme registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, talão nº 141, página 183.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jaguapitã, para nele instalar o Conselho Comunitário de Segurança e o Conselho Municipal de Saúde, assumindo a responsabilidade pela guarda e conservação do mesmo.

Parágrafo Único - Ao referido imóvel não poderá ser dada destinação diversa daquela autorizada nesta lei, sob pena de imediata revogação do termo de Cessão, a qualquer tempo e sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Os Conselhos de Segurança e de Saúde são muito atuantes no município de Jaguapitã e ainda não possuem sede própria, o que muito dificulta os trabalhos por eles desenvolvidos, além de prejudicar a eficiência dos serviços prestados.

Ademais, o prédio está desocupado, podendo sofrer atos de vandalismo.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto que muito tem a beneficiar o município de Jaguapitã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Entre os assuntos que nós trataremos hoje, está a votação da reposição salarial dos servidores da Justiça do Estado do Paraná, que particularmente venho acompanhando há muito tempo o trabalho desses servidores, desde quando eles exigiam, por incrível que pareça, direitos consagrados pela própria Justiça, Justiça Federal inclusive, diante do Tribunal de Justiça, ocasião em que participei de uma Comissão com o ex-presidente Zappa.

Tivemos a oportunidade de apoiar a greve de fome que os servidores fizeram naquela ocasião. Portanto, merecem os servidores da Justiça, nossa maior consideração.

Apresentei na semana passada, com pelo menos 25 assinaturas de apoio, um projeto de emenda constitucional, em que propõe a eleição direta, pelos membros, juízes vitalícios desembargadores, membros do Poder Judiciário, eleição direta do presidente daquele Poder, com a intenção de democratizar, porque conheci de perto quais são as dificuldades de a sociedade se relacionar - sobretudo, dos trabalhadores que tocam a Justiça do Paraná - politicamente com o Poder Judiciário.

Por outro lado, gostaria de deixar claro, que estamos recebendo pressão de vários segmentos do servidor público, pressão legítima, saudável, democraticamente falando. Mas também não podemos esquecer dos servidores desta Casa, que acho que seria interessante discutirmos, voltarmos a pensar, enquanto o Poder Executivo, o Poder Judiciário, estão concedendo reparações salariais, que nós pudéssemos pensar também nos servidores da nossa Assembléia Legislativa.

Mas o que me traz à tribuna, senhor presidente, já requeiro se possível o horário das Lideranças, é a situação dos precatórios no Paraná. O governo do Estado do Paraná, vem negligenciando o pagamento dos precatórios. Com a Emenda Constitucional nº 30, que definiu o pagamento direto daqueles precatórios de pequeno valor, independente, ou não de dívida de pequeno valor, que não foram transformadas ainda em precatórios.

Acontece que o Paraná pagou precatórios de forma irregular. Em 19.07.2001, o então Procurador do Estado do Paraná Joel Coimbra, fez um acordo, que está em minhas mãos, com o Tribunal Regional do Trabalho, em que o governo do Estado estava obrigado a pagar todo dia 30 de cada mês, o valor de três milhões e quinhentos mil reais, até o pagamento integral dos precatórios vencidos.

O citado acordo foi cumprido enquanto Joel Coimbra era procurador. Com a sua queda, a entrada da procu-

radora Márcia, foram suspensos os pagamentos, deixando de efetuar os depósitos a partir de outubro de 2001, rompendo-se o acordo.

Este ano, em abril o secretário Cid Campêlo afirmou na imprensa que o Estado havia pago todos os precatórios.

Em 10 de abril, no dia seguinte, o presidente do TRT, Dr. Lauremi Camaroski, em nota oficial, desmentiu o secretário Cid Campêlo, a qual foi publicada na Gazeta do Paraná.

#### **(Passa a usar o horário da Liderança do PT)**

Em 26, logo em seguida, o presidente do TRT, fez publicar no Diário da Justiça, lista dos precatórios trabalhistas, alimentares, pendentes de pagamento, a qual informa também a queda na ordem de pagamento, e violação no artigo 100, da Constituição Federal.

A quebra na ordem de pagamento dos precatórios também ocorreu no cível, com pagamento de precatório de pequeno valor.

A alegação de falta de dinheiro é falaciosa, uma vez que durante o tempo que o governo deixava de depositar os valores acordados (R\$3,5 milhões mensais), ele pagou precatórios à família Rocha Loures que parcelou pagando em várias parcelas de 5 milhões por mês.

Deixou de pagar alimentos, aquelas dívidas do Estado que iam para alimentos, pessoas inválidas, dívida de pequeno valor que atingia uma massa enorme de paranaenses, mensalmente de R\$3,5 milhões de reais para pagar a uma família só, mensalmente, cinco milhões de reais!

O Estado não tem controle da ordem de pagamento dos precatórios, tanto é que alega não poder pagar os precatórios trabalhistas por pendência de precatórios cíveis de 1995!

Com o rompimento do acordo, o presidente do TRT passou novamente a deferir as ordens de seqüestro de contas do Estado.

Atualmente, existem mais de 300 ordens deferidas para serem cumpridas.

Eu tenho aqui comigo a publicação de uma das ordens de seqüestro dos recursos do governo do Estado.

Diz o seguinte: “Nos presentes autos de precatório, considerada a ausência de pagamento e a preterição do direito subjetivo de preferência do exequente, foi concedida ordem de seqüestro. O procedimento de apreensão de valores foi suspenso em razão do acordo celebrado entre o Estado do Paraná e credores trabalhistas em 19 de julho passado.

Deixando de depositar os valores avançados, desde o mês de outubro de 2001, o Estado do Paraná violou o acordo celebrado. Portanto, além de não cuidar de suas contas privilegia pagamentos de determinado setor e descumpra a Constituição Federal.

É um governo ilegal, é um governo que não respeita aquelas famílias, como eu conheço uma família do interior do município de Toledo que há muito tempo espera recursos de precatórios para se alimentar, porque

tanto o pai, como a mãe daquela família sofreram um acidente ocasionado por um carro do Estado e o inquérito, os laudos, apontam a culpa do carro do Estado do Paraná. Pequeno valor, a família passa fome, não pode trabalhar e o Estado não paga. Enquanto isso, paga cinco milhões por mês para uma família, rompendo um acordo que assinou com a Justiça Federal.

O governo tem se utilizado da seguinte manobra: ingressa com uma reclamação constitucional junto ao STF, e curiosamente é distribuída, sempre, para o ministro Maurício Correia, que invariavelmente concede liminares em favor do Estado. Em tempo. A distribuição é feita por sorteio. Esse ministro é do Paraná e curiosamente suas gestões sempre são a favor do Governo do Estado!

Essa é a saída que o governo tem adotado.

Os Sindicatos e Associação de Advogados estão atentos, e persistindo esse estado de coincidência, irão denunciar, porque a reclamação vai para lá e ele consegue eliminar o seqüestro de bens. Mas essa é uma bomba que vai estourar no colo do próximo governante, porque o governo do Paraná, efetivamente, não cuida das suas contas, não sabe administrar nada das pequenas contas de precatórios que poderiam perfeitamente, ajudar a família dos paranaenses, diz que é um governo inventivo, criativo e administrador, mas é descompromissado socialmente, quebra acordos celebrados formalmente junto à Justiça, e vai deixar para o próximo governo todos esses precatórios que ele tem.

Apenas para encerrar, senhor presidente, trago esse alerta de que a qualquer momento nós poderemos ter uma situação no Paraná que mais seqüestro de valores vão começar a acontecer e de uma hora para outra o Estado vai ficar sem honrar os seus compromissos, e sobretudo, agora às vésperas das eleições, que o Estado deve assumir um monte de compromissos e a qualquer momento a Justiça vai seqüestrar mais recursos.

É o alerta que faço.

#### **O SR. PRESIDENTE (Ademar Traiano)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O item 19 da pauta da Ordem do Dia desta tarde, traz alguma coisa referente ao Poder Judiciário.

Queria, do ilustre deputado Ademar Traiano, que ocupa a Presidência desta Casa, indagar de V. Exa junto à Mesa Executiva, se iremos dar também o Plano de Cargo, Carreira e Salários ao nosso Poder Legislativo, que sustenta o meio pelo qual as leis emanadas de outros Poderes, como este caso específico do Poder Judiciário que irá ser aprovado por esta Casa, bem como, do Poder Executivo, que irá aportar à nossa Assembléia Legislativa para análise dos senhores deputados.

Queria, senhor presidente, se possível, que nas próximas reuniões fosse acoplado junto a esse projeto o projeto dos funcionários do Poder Legislativo, onde nós pertencemos.

Mas, senhor presidente, o que também nos traz à tribuna no dia de hoje, é o “Impacto” a revista dos grandes temas, que traduz no anseio do prefeito de Tibagi, José Tibagi de Mello, o “Zezito”, que desde a sua primeira gestão de 1983 a 1988, bem como, nesta segunda gestão, briga para que a Indústria Klabin do Paraná faça com que aquela escada de peixes que mede 30m (trinta metros) de altura e foi construída em 1947, juntamente, com a Usina de Mauá readequada em 1985 com objetivo de ajudar os peixes, principalmente, de escama, os quais eram mais prejudicados e o são, a transporem as paredes da usina em época de piracema.

Agora, senhor presidente, senhores deputados, quando se avizinha uma nova época de piracema, peixes como o dourado, piracanjuba e outras espécies de escamas, sumiram do rio por causa dessa escada.

Aquele prefeito, em conjunto com a região dos Campos Gerais, está tentando fazer com que a indústria Klabin seja sensibilizada.

Estamos, senhor presidente, entrando com um requerimento nesta Casa, e queria o aproveitamento deste Plenário, para fazermos coro com o prefeito de Tibagi, com toda a região dos Campos Gerais, não para fazer com que a Indústria Klabin seja penalizada, mas que aquela indústria seja modernizada, para que possamos devolver ao Rio Tibagi aquilo que a natureza lhe ofereceu e principalmente, traduzir na presença daquelas espécies de peixe, o seu livre trânsito em todo o Rio Tibagi.

Quero então, somente, que o estudo sobre a escada de peixe do Mauá tenha ainda o prazo de um ano para ser concluído.

Enquanto isso, sobre o pedido da Prefeitura de Tibagi, está sendo realizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, um estudo sobre os peixes, cujos trabalhos já atingem mais de sete meses.

Senhor presidente, a posição de pedido do prefeito da Região, e acredito de todo o Paraná que não concorda que aquela escada ali construída, não seja ela modernizada e adequada para que todas as espécies de peixes do Rio Tibagi, possam por ela transpor aquela barreira e traduzir para as cabeceiras do rio, as desovas na próxima piracema que será no final do ano.

Obrigado, senhor presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Ademar Traiano)**

No Pequeno Expediente usa da palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Deputado Litro, por favor sente na 1ª Secretaria.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor Presidente, senhores deputados.

Tive a satisfação, ao lado do companheiro Neivo, de fazermos um projeto neste Parlamento, que seria uma delegacia que fiscalizasse os crimes da Internet.

Muito se fala sobre televisão, que a violência campeia a televisão que a violência campeia na novela “O Clone”, que a violência campeia em alguns programas da Rede Bandeirantes; da CNT, da Record e de outras televisões brasileiras como o SBT.

Mas, e a Internet? Que a criança pode acessar quando seus pais não estão em casa?

O que você vê na Internet?

Não discrimino ninguém. Acho que todo mundo tem o direito de ser homossexual; tanto é que o presidente, deputado Zuk, aprovou o casamento, não é casamento, deputado Vanhoni, é um contrato no cartório, entre dois homens ou entre duas mulheres.

Isso é um direito que assiste, já que o projeto da deputada Marta Suplicy não pode passar, isso é o direito de cada um.

Preocupa-me, já que o governo praticamente sancionou a criação dessa delegacia de fiscalizar os crimes da Internet.

Na Internet, os senhores não sabem quem pode ser o amigo ou inimigo do seu filho; na Internet você pode aprender a fazer bombas caseiras; na Internet você tem, aulas para a prática de atentados; na Internet você encontra venda de maconha; na internet você encontra venda de cocaína; na Internet você encontra a venda da prostituição mercantilista, na Internet você encontra venda de crianças para a pedofilia, porque isto é uma doença: um homem usar uma criança, seja ela menino ou menina, para mim é uma doença! É revoltante! É asqueroso! É nojento! É crime que merecia a pena de morte!

Aqui os senhores deputados têm filhos. Eu comentava agora há pouco com o deputado Waldyr Pugliesi sobre essa questão: quem não tem filhos? E quem gostaria de ver o seu filho cafetinado, através da Internet, para a prática da pedofilia?

Eu não gostaria! Quem gostaria de ver o seu filho cafetinado por um canalha, um assassino, que é o traficante de drogas? Eu já passei por esse problema com um filho meu e hoje, graças a Deus, ele está salvo, a minha vida é um livro aberto; eu não devo a ninguém, mas milhares e milhares de famílias abastadas passam por esses problemas: nesse final de semana nós tivemos um problema também pavoroso a respeito da violência de uma jovem, que não foi noticiado pela imprensa, mas sabemos que a jovem foi encontrada no carro, dentro de um estacionamento...

**(corte no som)**

Falo no horário do PTB, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ademar Traiano)**

V. Exa. passa a fazer uso do Horário da Liderança do PTB.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

... completamente drogada de cocaína, deputado Zuk. Aí ela foi socorrida *sub judice*, porque é filha de alto figurão da sociedade. Mas não é isso que nos preocupa. O que nos preocupa não é cocaína.

Eu sou da seguinte opinião, deputado Zuk e senhores deputados que pelo menos, estão prestando atenção na minha reflexão: talvez não haja interesse da minha reflexão nesta tarde, mas há reflexão para mim, porque eu tenho netos. Eu não sei quem frequenta a minha casa! Eu não sei com quem estuda o meu filho; se é amigo ou é inimigo. Eu não sei quem é a namorada do meu filho; se ela é amiga ou inimiga do meu filho.

Os senhores podem acreditar! Tudo aquilo que está acontecendo em O Clone, eu já passei, de acordar na noite com o telefone e o traficante me ameaçar, dizendo: ou paga ou morre. Já passei, V. Exas. sabem da minha vida. O deputado Pessuti sabe do meu sofrimento, tanta gente aqui sabe, quantas milhares de mães e pais.

Teve noites que não dormia aguardando o telefonema: o telefone tocava e eu entrava em pânico. Hoje o meu telefone celular tocou, quatro horas da manhã. Entrei em pânico, falei meu Deus do Céu, será que vai acontecer tudo de novo, na minha vida? Não, era o deputado Carlos Simões me avisando que o seu irmão tinha falecido. Eu falei: graças ao Senhor. O Senhor meu mestre, graças a Deus está tudo bem! Quantas mães, quantos pais estão derramando “lágrimas de sangue” agora, porque sabem que a sua filha está viciada na cocaína, no crack, na maconha, por causa desta maldita Internet.

Uma jovem, deputado Marcos Isfer, essa semana os pais foram à delegacia, porque ela recebeu pela Internet, deputado Marcos Isfer, está lá para o senhor ver, porque eu fui lá acompanhar. Deputado Nereu Moura, V. Exa. que é preocupado com essa questão porque tem filhos, bem casado como V.Exa. é. Ela recebeu pela Internet um e-mail narrando a vida dela: a hora que ela saia de casa, qual era a placa do carro, qual era a faculdade, o nome do pai, o nome da mãe, o nome do namorado, qual era o caixa eletrônico que ela entrava, e que se ela não pagasse, não desse uma resposta ao que eles iriam pedir, ela seria seqüestrada, deputado Marcos Isfer. Pela Internet!

Acho escabroso que preocupa os meus filhos, os seus filhos, os filhos dos senhores que estão aqui nas nossas galerias, os filhos dos assessores deste parlamento, dos assessores do presidente da Casa, dos senhores deputados, do meu querido deputado Fernando, de todos os senhores.

Eu sou da opinião, deputado Nereu, deputados que assistem, o nosso projeto, meu e do deputado Neivo Beraldin, é para fiscalizar os crimes da Internet, e vai ser, já está praticamente sancionado.

Agora, veja bem, deputado Nereu, esta semana foram presos dois homens em um apartamento em Curitiba com o maior acervo de pedofilia, crianças! Eu tenho a fita, dou para o senhor levar para casa para assistir. O

senhor não acredita o que eu vi. Dá ânsia de vômito, deputado Nereu, o que esses homens estavam fazendo em dois apartamentos do centro da capital. Aí foi preso um policial, deputado Nereu. O policial humilhou o delegado. Na hora que estava tudo para ser entregue, os poderosos que estavam da elite dominante, tem muito tarado, muito anormal, nessa elite dominante, é a elite que pensa que dá uma de bacana, porque desfilam em um carrão. Quando eles morrerem qual é a diferença do seu caixão e do caixão do arquibilionário? É que pode ser que o caixão dele seja melhor do que o seu, do que o meu, mas nós vamos para o mesmo lugar.

Então eles não têm o direito de violentar a Constituição do meu País, o Hino Nacional do meu País, a Bandeira do meu Estado, a Constituição Federal, a Constituição que eu ajudei a elaborar, aqui, neste Parlamento, no meu segundo mandato.

Pasme, deputado Nereu. Quando o delegado estava chegando no nome dos chefões do crime de pedofilia, o advogado, que é direito que assiste a ele, criou um tumulto na delegacia, mas um tumulto, porque o policial iria entregar os mandantes da pedofilia aqui, em Londrina, São Paulo, Rio, Internacional. Isto é importante, deputado Irineu Colombo, porque nós trabalhamos muito com isso V. Exa. é testemunha da nossa luta contra a prostituição e essa desgraça agora, deputado Neivo.

Veja bem, deputado Nereu, quando estava tudo pronto para ele entregar o nome dos chefões, o advogado arrumou uma zique-zira um reco-reco, um quiproquó, dentro da delegacia. Foram para a Ordem, denunciaram o delegado. Afastaram o delegado de Polícia, deputado nereu, para agora nomearem outro. E o policial não vai mais falar os nomes dos poderosos que estão atrás desse crime violento que é a pedofilia.

Então, eu queria deixar registrado aqui como pai, como avô.

Estou há 16 anos neste Parlamento, com mais 4 anos como vereador, tenho vinte anos de vida no parlamento. Apreendi muito na minha vida. Esta Assembléia é formada por 52 deputados e 02 senhoras deputadas preocupadas com a família do Estado do Paraná.

Digo aos senhores sem medo de errar: sou a favor da pena de morte para o traficante de drogas; sou a favor da pena de morte para aquele que comete o crime de pedofilia; para aquele que estupra e mata, um direito que assiste a honra, o caráter, a lealdade aos meus princípios.

Os meus princípios não me permitem que eu seja contra. Não é que eu seja fascista ou leninista, não entendo nada disto, eu sou família, eu estou aqui como deputado para defender a família e os filhos do meu Estado.

É por isso que enquanto eu for deputado e tiver vergonha na cara, os senhores vão ter aqui um inimigo contra o crime organizado do tráfico de drogas, o crime organizado da pedofilia e de tantas outras formas de violência que destroem, rasgam a alma, o coração, o ventre

das mães e destroem a mente dos pais do meu Estado e do meu país.

Permita-me um segundo. Dificilmente venho à tribuna. Só venho para discutir aqui temas de importância do meu Parlamento. Um segundo ao deputado Neivo Beraldin, que é o autor, junto comigo, de um dos maiores projetos que vai beneficiar a fiscalização dos crimes na Internet no Paraná.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Com certeza, deputado Alborghetti, eu quero cumprimentar o seu entusiasmo e o seu empenho no sentido de quer se efetive a lei que já foi inclusive sancionada e tudo, só que há um detalhe, deputado Alborghetti, nós aqui aprovamos o Orçamento do Estado anualmente e neste orçamento se destina “x” recursos para a área de segurança, com a área de saúde, de educação, de habitação. Então o orçamento foi aprovado, só que não é aplicado! Por isto que teremos esta situação hoje na Segurança Pública, porque o governo do Estado tem vivido, na área de Segurança Pública, com o dinheiro do governo federal. Inclusive ele dá a contrapartida utilizando-se de convênios do governo federal, menos de 2% orçado foi aplicado na atividade - fim, que eu acho que nós temos que definitivamente discutir a questão da aplicação dos recursos na área de segurança porque nós estamos, a população está sentindo na ponta a nossa grave situação na área de segurança e eu gostaria de afirmar uma coisa, que o secretário da Segurança nos diga quanto é que foi aplicado no orçamento programado, na área de segurança do caixa do governo do Paraná? Porque o dinheiro que foi aplicado para a Secretaria da Segurança voltou para a conta 00 do governo do Estado e ele aplicou com certeza em publicidade e propaganda.

Muito obrigado!

#### **O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Só para encerrar, senhor presidente, eu não quero saber de orçamento, de desorçamento, colocar no orçamento, tirar do orçamento. Eu acho que o importante é ter vontade política e vergonha na cara. Nós temos que criar uma delegacia de combate.

Nós criamos um projeto sério aqui neste Parlamento, comentava hoje sobre o seu nome, aliás comento constantemente, eu acho que tem que colocar em prática, o projeto está sancionado, o outro projeto sancionado de nossa autoria - Paz nas escolas - acabar com o tráfico de drogas nas escolas, com a violência dentro das escolas.

O importante, senhores parlamentares, é que o senhor Roberto Requião apresente propostas objetivas, o senador Álvaro Dias, propostas objetivas, o deputado federal Padre Roque Zimermann, propostas objetivas; o vice-prefeito Beto Richa, propostas objetivas, o PFL que está ainda numa incógnita entre o secretário Lubomir ou o deputado Rafael Greca, que também apresentem propostas construtivas e o importante é que, em todos estes comentários, este desabafo que eu faço nesta tarde é que

o deputado, o vereador, o governador, o senador, o deputado federal, o presidente da República tem que ter vontade política de trabalhar. Se não tiver vontade política de trabalhar em uma proposta de vergonha na cara, quem, vai sair prejudicada é a família, os filhos do Estado do meu Paraná e do meu país.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero registrar, com satisfação, a presença do vereador Maximínio, de Nova Aurora, acompanhado da professora Neiva, presidente do Conselho do Fundef daquele município e de mais lideranças e professores, enfim, toda a comitiva de Nova Aurora, que participa da Sessão do dia de hoje.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente, com muito pesar registro - não sei se a Casa registrou ou não - o falecimento, em Curitiba, do ex-deputado federal, advogado, Luiz Losso, aos 87 anos de idade. Deixou ou filhos Luiz Losso, ex-vereador, deputado federal e estadual; Carlos Losso, ex-vereador; Ezequias Losso, ex-vereador e companheiro da Casa, aqui, também; Miguel Losso e Santiago Losso, ex-vereadores. Ele nos deixou, ontem, à noite e está sendo velado na Igreja Adventista do Sétimo Dia e o sepultamento será às 16h00 de hoje.

Senhor presidente, senhores deputados, venho nesse momento - e por isso cheguei atrasado à Sessão, - de um debate muito importante que acontece nesse exato momento, no auditório do Cefet, aqui, em Curitiba. Um debate que começou, hoje, pela manhã, também na Sociedade Urca, onde estiveram reunidos taxistas de Curitiba, para discutir um projeto de lei maluco, “sem pé e nem cabeça”, do deputado federal Adolfo Marin, que quer criar uma situação bastante difícil para os taxistas, não só de Curitiba, do Paraná, mas de todo o Brasil.

O projeto do deputado federal, lá do Ceará, Fortaleza, quer, entre um dos itens, instituir no Código de Trânsito Brasileiro, estabelecer requisitos relativos à exploração de veículos de aluguel, equipados com taxímetro, destinados ao transporte individual coletivo de passageiros, bem como relativos à habilitação de condutores de seus veículos.

No parágrafo único da Lei, do artigo 1295, que lamentavelmente passou pela Câmara dos Deputados, onde existem deputados do Paraná, que votam também na Comissão de Redação Final, de três deputados do

Paraná, infelizmente, acabaram aprovando o projeto sem ter uma discussão mais aprofundada. E vejam o que diz, o parágrafo 1º: “Uma única e intransferível autorização ou permissão será conferida à pessoa física, para o seu uso exclusivo.” Isso quer dizer, que o proprietário de táxi não vai mais poder arrendar ou contratar. E nesse arrendamento, nessa contratação, em todo o Brasil, são 600 mil pessoas, que fatalmente serão desempregadas, se esse projeto vier a ser aprovado agora no Senado da República.

Lamentavelmente, na Câmara dos Deputados, por um cochilo dos parlamentares - é por isso que, às vezes, me torno chato neste plenário ou em uma comissão interna, quando procuro analisar os projetos com profundidade, para que não venhamos a cometer aqui também os cochilos e as “barrigadas”, que cometeram os deputados federais, não só do Paraná, mas do Brasil todo. ao aprovarem um projeto de lei dessa natureza.

Felizmente, graças a Deus, esse projeto cai nas mãos do senador do Paraná Osmar Dias, que é o relator desse projeto. O senador Osmar Dias está sendo questionado por todas as federações, as associações e cooperativas do Brasil.

É por isso que falei que vim agora do Cefet, com o auditório completamente lotado, com as presenças da Federação de Taxistas do Rio Grande do Sul, com 4.500 assinaturas, para o abaixo-assinado; da Fecovir do Rio de Janeiro, com 17.049 assinaturas; da Federação dos Taxistas de São Paulo, com mais de 15.000 assinaturas, com o Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo, com mais de 8 mil assinaturas, com o Sindicato de São José dos Campos, Sindicato dos Transportes dos Taxistas de Porto Alegre, Sindicato dos Condutores Autônomos de Salvador, da Francavergues do Rio Grande do Sul, da Federação dos Taxistas de São Paulo, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Florianópolis, Santa Catarina, de Belo Horizonte, daqui do Paraná, do Sindicato Intermunicipal dos Condutores do Paraná, do Sindicato dos Condutores de Foz do Iguaçu, do Sindicato de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, do Sindicato de Brasília, da Federação e Sindicato do Rio de Janeiro, Sindicato dos Taxistas de Salvador, e além de outros mais que estão neste momento debatendo, lá no Cefet, essa lei maluca e absurda do deputado Adolfo Marinho de Fortaleza, Ceará, que quer acabar com a transferência, autorização e permissão dos veículos para que proprietários de táxis possam repassar, arrendar o seu táxi.

Ora, nós temos aqui em Curitiba uma lei em que as viúvas de taxistas permanecem com a placa, com a permissão de uso. Ora, como é que uma viúva vai trabalhar, como que ela vai sustentar sua família se ela não é motorista? Ela tem que contratar o motorista, o autônomo, ela tem que arrendar esta placa, e no entanto este deputado federal, do Ceará quer acabar com isso, quer passar isso aqui, quer passar o projeto de lei totalmente irregular, e o que é pior ainda, ele quer criar mais uma categoria de

motorista profissional, que é a categoria F, condutor de veículo de aluguel equipado com taxímetro destinado a transporte individual ou coletivo de passageiros, cuja lotação não exceda 5 lugares excluindo o motorista, quer dizer, todos os taxistas do Brasil teriam que passar por uma reciclagem, novos exames e fazer a sua carteira de motorista na categoria F.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, é que eu venho aqui neste momento dizer que este parlamentar, o vereador de Curitiba, Jairo Marcelino, que é também representante dos taxistas da capital do Estado do Paraná, o deputado federal, Nelson Meurer, o vereador Jairo Marcelino, o deputado Algaci Tulio, o senador Osmar Dias, estão todos neste momento imbuídos, e espero que os parlamentares no interior do Estado levem para os seus municípios, também Ponta Grossa, deputado Luiz Carlos Zuk e tantos outros, a preocupação, porque se isto aqui acontecer, lamentavelmente eu vou dar aqui rapidamente alguns números: somente em Curitiba, são 2000 permissionários que empregam 2.600 motoristas colaboradores autônomos, no total de 4.800 taxistas, que junto com familiares representam 15 mil pessoas aproximadamente, que passariam por dificuldades porque perderiam os seus empregos aí.

E além do mais, evidentemente que, mesmo que ficasse só o motorista proprietário com a placa e ele dirigindo, certamente vencido, 8 horas, 16 horas, ele recolheria o carro, a cidade ficaria sem táxi, porque é proibido ele contratar outro, quer dizer, é um absurdo esta lei, o que é pior, os deputados federais do Paraná - me reservo aqui não citar os seus nomes, cochilaram.

Senhor presidente, quero concluir conclamando os parlamentares que levem para as suas bases, para os seus municípios a preocupação. Nas suas cidades vai haver também desemprego, porque o proprietário do táxi que não pode trabalhar, que é um aposentado, que é um inválido, que é uma viúva, de repente vamos começar a ter no Brasil o museu do táxi, porque se ficar doente o proprietário, se morrer o proprietário, fica doente e morre o táxi também, porque ele não pode ser passado para outra pessoa, quer dizer, é um absurdo, é por isso que estamos desde a manhã de hoje trabalhando nesse sentido, nos reunindo com a categoria dos taxistas em Curitiba e já está tendo sequência, no auditório do Cefet, esta reunião plenária com a presença de federações, associações, cooperativas de táxis de todo o Brasil, entregando um camilhão de assinaturas ao senador Osmar Dias, como relator do processo, que já deu antecipadamente o seu parecer: vai votar pelo arquivamento da proposta, mas para isso, vai ter que convencer mais vinte e sete senadores que fazem parte desta Comissão.

Era este fato que eu queria registrar, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Hidekazu Takayama.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Estou usando o horário do Pequeno Expediente, para deixar consignada a minha tristeza pela punhalada de traição que recebemos do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando ele apóia a aprovação da união civil de pessoas do mesmo sexo.

Temos discutido amplamente a questão aqui no plenário e quero mais uma vez reafirmar que não é nenhum sentimento de discriminação, a nossa postura, a postura dos cristãos, não somente do nosso Estado como de todo o país, com relação a esta lei que em nada vai beneficiar ou ajudar aquelas famílias e as pessoas que convivem com a tradição cristã em nosso país.

Eu não posso deixar de manifestar a minha postura e posição de dizer que sou frontalmente contrário à posição do presidente Fernando Henrique. Eu sei que nesta hora as indagações crescem e as pessoas questionam por qual razão. Fariamos nós isso, como um ato de discriminação? Estaríamos tomando nós esta atitude como um ato retrógrado ou de pessoas que talvez não tenham uma noção do que nós chamamos de direitos humanos? Não é verdade! Nós temos a consciência do que nós chamamos de direitos humanos. A própria Escritura chama isso de livre arbítrio, mas nós não discriminamos se uma pessoa tem desejo de conviver com pessoa do mesmo sexo; não somos contra. A situação é dela, cada um defende o seu direito, seu livre arbítrio, o seu direito humano. O que não concordamos é que seja inserido no bojo da nossa Constituição uma Lei de exceção, porque ao colocarmos essa lei na Constituição, estamos dizendo para o resto das famílias, para o resto da população de que esta atitude é uma atitude normal e nós sabemos que não é normal uma atitude de uma pessoa querer fazer sexo com pessoa do mesmo sexo. É contra a natureza humana, é contra a natureza divina, é contra o argumento estético, é contra o argumento psicossomático, é contra todos os argumentos e até o da procriação: homem com homem não gera, muito menos, mulher com mulher. Então, eu manifesto a minha posição mais uma vez, de que isso em nenhum momento vai beneficiar a nossa sociedade. Por quê?

Ao olharmos os nossos filhos, as nossas gerações futuras, no momento em que colocamos isso dentro da Constituição, estamos dizendo que esta é uma atitude normal e que as nossas crianças, nossos filhos podem conviver com isso, que eles podem praticar isso, pois está na Constituição!

Ora, meus amigos, essa é uma lei de exceção! Não podemos admitir isso! Não há como aceitar isso, e em nenhum momento essa lei vai contribuir para o desenvolvimento e formação moral, social e espiritual das nossas crianças, dos nossos filhos! Eles vão aceitar essa atitude como se fosse uma coisa corriqueira, uma coisa normal e não é. A partir do momento que nós aceitarmos isso, estaremos abrindo uma lei de exceção que não vai contribuir para a formação das nossas gerações futuras.

Fica aqui o meu manifesto contrário, a minha posição de profundo lamento, porque algumas pessoas acham que é ser retrógrado tomar uma postura como essa, que é suicídio intelectual tomar uma atitude ... Ora! Vou usar uma expressão popular: - Me dá licença! É impossível aceitar essa postura com cristão e acima de todos os conceitos que temos, está o sentimento cristão. E essa atitude fere, frontalmente, um desígnio de Deus.

Fica aqui o meu manifesto contrário, o meu grito de repúdio diante dessa postura do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente há alguns minutos, o deputado Alborghetti falando a respeito da violência, falando a respeito de drogas, da violência através da Internet e confesso aos senhores que tenho um assunto que tem que me preocupado sobremaneira. Assunto este que hoje, inclusive deverei entrar com um requerimento nesta Casa.

Observem os senhores, o crime do nosso colega deputado Tiago Amorin. Há fortes indícios - conforme todos neste Casa sabem e a população de uma forma geral, do envolvimento de forças policiais neste crime. Os crimes de Almirante Tamandaré que vêm, desde a morte do nosso companheiro Donha - presidente do PPS naquela municipalidade e com fortes indícios, já pela própria delegada que apura o caso, do envolvimento de um grande número de policiais.

Há pouco ouvia o deputado Alborghetti quando ele falava no crime da Internet, da pedofilia, dizia da prisão de um policial que estaria envolvido. Quando percebemos que o Estado do Paraná passa a ser uma das grandes rotas do tráfico de drogas neste país, quando o número de apreensões pela Polícia Federal nos primeiros meses deste ano no Estado do Paraná, supera em quase mil por cento as apreensões de drogas realizadas no ano anterior no Estado.

Quando percebemos o envolvimento da polícia em quase todos os crimes que vêm a público, quando abrimos a Gazeta do Povo e vemos um relato do Ministério da Justiça que diz que o Estado do Paraná é o terceiro Estado pior colocado em relação ao número de policiais distribuídos pelo número da população.

Quando nós percebemos ao ir solicitar ao secretário de Segurança, um trabalho do Instituto Médico Legal e ele afirma não ter condições por não possuir efetivo. ora, me parece que mais do que nunca está na hora de, efetivamente, tomarmos alguma atitude, porque não adiante, deputado Alborghetti, esperamos que alguém tome uma atitude, esta Casa tem o poder para tomar esta atitude. Esta Casa tem o poder para reclamar junto ao

Governo do Estado o abandono que a Segurança Pública sofre, mas, principalmente, de tomar as medidas de informação que ajudem a sanear o que hoje se passa dentro da Segurança Pública do Paraná.

Em todos os momentos temos observado o envolvimento daqueles que deveriam defender com a sua honra, com a sua vida, até, pelo dever de ofício do Estado a sociedade paranaense. Muito pelo contrário, não a defendem, e se vêm envolvidos numa série de crimes.

Por isso, estamos requerendo, e gostaria, neste momento, de pedir ao líder do Governo que com a bancada governista, nos ajudasse a aprovar este requerimento, onde pedimos o relato do número de crimes em que há policiais envolvidos. A situação em que está isto, senhor presidente, Elio Rusch, de cada um desses casos, como é que estão estes casos? O que está acontecendo efetivamente? Porque a população paranaense hoje já tem mais medo da polícia do que do bandido. Ainda nesse final de semana, vi uma pessoa ser assaltada na Visconde de Guarapuava, próximo a Rede Paranaense de Televisão. A pessoa chegava na sua casa, quando foi abordada, e se não fosse essa pessoa ter saído correndo e nós termos abordado na hora, para que o ladrão fugisse para o outro lado, seria mais um crime cometido ali naquele momento.

Então, senhores, o grau de violência não é só o da Internet, não é só do tráfico de drogas, da prostituição, do roubo, do assalto, do assassinato. O grau de violência está disseminado dentro das forças, que por defesa legal, deveriam estar cumprindo com a sua missão.

E quando vemos o governo federal, falar e mandar para alguns Estados, e o Estado do Paraná é uma das prioridades, uma força-tarefa para ajudar o combate ao crime, ouvimos por parte do Secretário de Segurança de que não há necessidade!

Ora! O povo paranaense está cego ou me desculpe o senhor secretário, alguma coisa vai muito mal na Secretaria de Segurança Pública!

Então, é necessário que esse requerimento seja aprovado.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni em aparte.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Muito obrigado, deputado Marcos Isfer.

Assisti, como V. Exa. assistiu e está abordando esse tema hoje na Assembléia. Assisti que o Governo Federal através do Ministério da Justiça, do senhor ministro Miguel Reale, ao mesmo tempo, que ofereceu ao governo do Rio de Janeiro, a governadora Benedita da Silva, uma força-tarefa comandada pela Polícia Federal, a Receita Federal e também com membros da Inteligência das Forças Armadas, para ajudar ao combate do crime organizado do Rio de Janeiro, ofereceu isso para mais um Estado, que é o Estado do Paraná.

Quando olhei essa entrevista, vi essa reportagem, essa matéria, a princípio a minha sensação foi de compre-

ensão, achei uma coisa boa. Que bom que o Governo Federal está atento ao que está acontecendo no Brasil e está constituindo uma força-tarefa para, e todos os vasos comunicantes, debelar o crime organizado, para ajudar os Estados.

Mas, o que me estranhou, foi a resposta do secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. porque no dia seguinte vi uma matéria, uma reportagem com o Sr. José Tavares e ele disse que o Paraná não precisa de uma força tarefa; a Sra. Benedita disse que não precisa. Mas o Paraná não precisa e quer queria, quer não, o crime estaria sendo combatido pela Polícia Civil, Polícia Militar e ele não entendia as razões por que é que o Ministério da Justiça teria feito tal proposta. Aquilo pegou a Secretaria de Segurança do Estado do Paraná de surpresa!

Acho que o secretário José Tavares não tem conhecimento da pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça em todo o Brasil. E os dados ainda de corredor, nós requeremos essa pesquisa junto ao Ministério da Justiça é de que Curitiba e Região Metropolitana, proporcionalmente, têm mais homicídios, do que Rio, do que São Paulo. É por isso que na mesma notícia, em função do ataque à Secretaria de Direitos Humanos, o Governo Federal ofereceu à governadora do Rio, o ministro também apontou que estavam oferecendo ao Estado do Paraná. Exatamente por essa razão!

Então, V. Exa. está coberto de razão, no sentido de buscar, com que a Assembléia Legislativa aprove esse requerimento, porque com esse debate nós precisamos ajudar a população do Estado do Paraná, a construir uma perspectiva no âmbito de Segurança Pública.

#### **O SR. MARCOS ISFER**

Gostaria de agradecer o aparte, deputado Ângelo Vanhoni. É uma realidade, que o Estado do Paraná, na área de Segurança está totalmente desmantelado. Se fizemos uma pesquisa junto às delegacias em que há delegados efetivos, que tipo de equipamento, que tipo de material essas pessoas possuem para combater o crime, nós vamos chegar a conclusão de que com raríssimas exceções, nós temos o Estado do Paraná num estado de abandono total. Basta perguntar a cada um dos deputados desta Casa que percorrem os seus municípios, para saber que em quase todos não há efetivo, não há equipamento, veículo, e quando há veículo, não há combustível, e quando há combustível, não há manutenção.

Enfim, nós vivemos um verdadeiro inferno brasileiro, dentro do Estado do Paraná na área de Segurança.

#### **O Sr. Eli Ghellere**

Agradeço o aparte, deputado Marcos Isfer, e quero parabenizá-lo pelo assunto que traz a esta Casa de Leis e dizer que somos testemunhas, nós que vamos todo o final de semana para o interior do Estado, passamos lá sexta, sábado e domingo. Tenho a oportunidade de visitar algumas delegacias, alguns departamentos da Polícia Militar também, e realmente o abandono é muito grande.

Então, quem está assumindo a manutenção desses órgãos é a comunidade, os Conselhos de Segurança estão equipando as delegacias com cadeias, até com armamentos.

Nós fizemos um requerimento nesta Casa, no final do ano passado, cobrando do Governo do Estado uma informação na região Oeste do Paraná, região de Foz do Iguaçu. Nós sabemos que no Oeste o número de criminalidade vem aumentando todos os dias e queria saber se nos últimos dez anos esse número de criminalidade tem alguma relação com a diminuição de investimento na área de Segurança.

Então, nós pedimos que o governo do Estado nos informasse a evolução dos crimes ocorridos naquela região e a evolução dos investimentos, pois bem eu tenho certeza que está relacionado o aumento da criminalidade pela diminuição dos investimentos.

No último ano, nós tivemos, apenas o Batalhão de Foz do Iguaçu, uma diminuição de 100 homens.

Começamos o ano com uma quantia do efetivo e terminamos com 100 homens a menos. Alguns foram transferidos, alguns se aposentaram, houve alguns cortes e não foi repostado o efetivo no Batalhão de Foz do Iguaçu, mas infelizmente nós não tivemos sucesso, esta Casa não aprovou o pedido de informação, e eu tenho certeza que hoje nós votaremos favorável e V. Exa. poderá trazer a nós todas essas informações que são muito importantes para nós vermos se realmente o aumento de criminalidade tem relação com pouco investimento na área de segurança.

Eu parablenizo V. Exa. e tem todo o apoio desse deputado.

#### **O Sr. Edson Strapasson**

Querida cumprimentá-lo pelo pronunciamento e fazer uma colocação importante.

Nós fizemos recentemente nesta Casa um requerimento importante, solicitando informações do Governo do Estado, quanto da aplicação dos recursos oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública e para confrontar, inclusive os investimentos que o Governo do Estado vem fazendo porque o secretário de Segurança, Tavares, ele apenas coloca que este Governo já fez muito, já investiu muito e o que vemos, infelizmente é uma realidade dura, onde a condição de investigação das delegacias de polícia é hoje um caos absoluto, não se tem informação de nada e nós tivemos casos absurdos de veículos que foram roubados aqui na região metropolitana, foram recuperados em outra delegacia do Estado do Paraná e, mesmo havendo queixa de furto registrada pela delegacia da região, este veículo, encontrado em outra região, foi cedido a um terceiro como se proprietário fosse, porque o Estado sequer tem controle de informação para saber se aquele veículo roubado aqui, encontrado em outra região, é o mesmo.

Infelizmente, é um caos absoluto, onde o Governo do Estado não possui capacidade de investigação, não

possui uma rede integrada de informação capaz de poder identificar os crimes que ocorrem, e isso, como exemplo, acaba demonstrando a atual realidade.

Na região metropolitana é um caos absoluto. Nós tivemos em Colombo recentemente, na semana passada uma reunião com os comandos policiais civis e militares da região, pedindo uma força-tarefa para que nós possamos ter uma ação efetiva no combate ao crime. E nós ouvimos até de alguns comandantes da Polícia Militar aquilo que todos nós, infelizmente, não queremos admitir: que, na verdade, o pequeno traficante, (aquele que distribui a droga no portão do colégio), é um criminoso e deve ser preso, com certeza, pode ser identificado, mas quando a polícia tenta chegar no traficante maior, forças ocultas, forças internas acabam impedindo que a investigação siga e não adianta querer aprender o pequeno traficante se a Polícia do Estado do Paraná não possui dispositivos de investigação que possam incriminar e colocar atrás das grades o grande traficante.

Infelizmente, o Governo do Estado está perdido e o que vemos aí é o desespero do cidadão, como colocou V. Exa. que não acredita na polícia porque não vê uma ação efetiva, não vê credibilidade nas ações da polícia.

#### **O SR. MARCOS ISFER**

Agradeço o aparte, e a realidade é nua e crua: há como identificar que esse veículo foi roubado, a polícia sabe disso, mas ele é conivente no uso do famoso “cabrito” aquele carro que é utilizado de forma falsa.

Nós sabemos que o efetivo, em 1990 da Polícia Militar do Estado do Paraná, deveria ser em torno de vinte mil policiais. Nos dias de hoje, toda a Polícia do Paraná, somada, não dá dezoito mil e se descontar aqueles que ficam no Instituto Médico Legal e outras funções da polícia científica, nós chegamos de quinze mil policiais, efetivamente, fazendo o trabalho de investigação, o trabalho de segurança defensiva. Então, os números são muito sérios.

O uso do dinheiro vindo do Fundo Nacional de Segurança, teve uma época em que houve denúncias de malversação desses recursos na construção de penitenciárias que custariam muito mais caro do que aquela feita aqui em Piraquara, por exemplo, e outras cadeias públicas com custos absurdos.

Tudo isso tem que ser bem investigado por esta Assembléia, senão nós vamos ficar aqui, eternamente, fazendo discursos, falando, mas não agindo. É dever desta Assembléia cuidar da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Nós, hoje, nos encontramos no caos completo e na pior situação que a segurança pública já teve neste Estado, se não tomarmos alguma atitude seremos co-responsáveis e não adianta cobrar atitude de ninguém.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)**

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Marcos Isfer e os demais deputados que me antecederam no dia de hoje, já relacionaram a questão da Segurança Pública no Estado do Paraná, o caos total da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O Paraná hoje, é o Estado aonde podemos afirmar que o crime está vencendo a guerra! Os criminosos estão ganhando a batalha do aparelho da Segurança Pública do nosso Estado.

Não é para menos, senhor presidente e senhores deputados, pois o governo Jaime Lerner, abandonou a Segurança Pública, como de resto abandonou o Paraná inteiro.

Ontem, o jornal “Gazeta do Povo” publicou dados estatísticos que comprovam as nossas afirmações:

O Paraná é um dos Estados que têm menos policiais em todo o Brasil, por exemplo, em policial civil o Paraná é o Estado que menos tem policiais civis no Brasil, perde para o Maranhão, para o Ceará, para o Acre, para o Sergipe, e por aí afora.

Em número de policiais militares o Paraná é o penúltimo do Brasil. Perdemos para o Acre, para o Pará, para Sergipe, para o Maranhão, para Tocantins, para tudo.

O Paraná é um verdadeiro caos. Governo irresponsável que abandona o povo.

O Jornal “Gazeta do Povo”, no dia de ontem, traz números que são de arrepiar, pela fragilidade da segurança pública do nosso Estado.

A fragilidade, o abandono que o Jaime Lerner coloca o povo do nosso Estado.

São números ridículos: No Paraná existe um policial civil para 6.638 habitantes.

A média do Brasil, senhores deputados, é um policial para 1.514 habitantes.

No Paraná existe um policial militar para 617 habitantes.

A média do Brasil é um policial militar para 470 habitantes.

O número total de habitantes no Paraná, para cada policial civil e militar, é de 485, enquanto que na média do Brasil, são 358 habitantes para cada policial civil ou militar.

Esses números mostram que, infelizmente, a Segurança pública no Paraná é um verdadeiro desastre, é uma situação perplexa e o povo está abandonado.

Mas, vamos para mais números, senhores deputados.

O Governo do Paraná, segundo ofício do próprio secretário de Segurança Pública, que está nas minhas mãos, comprou armas e coletes e gastou dois milhões e trinta mil reais, dos quais um milhão e quinhentos mil reais, do Governo Federal, quatrocentos e vinte e três mil reais do Funrestran.

O Governo do Estado comprou 130 viaturas para a Polícia Civil, 74 viaturas para a Polícia Militar. Gastou

oito milhões e cinco mil reais, dos quais cinco milhões e duzentos mil reais do Governo Federal.

O Governo do Paraná qualificou a Polícia Civil e a Polícia Militar, gastou setecentos e noventa mil reais dos quais seiscentos mil reais do Governo Federal. Os outros cento e vinte e dois mil reais, do Deam.

O governo federal, senhor presidente e senhores deputados, o governo do Estado, comprou equipamentos para o IML e para o Instituto de Criminalística, gastando um milhão, novecentos e sessenta quatro mil, dos quais um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, do governo federal.

O governo do Estado comprou computadores, informatizou a Secretaria de Segurança Pública, no valor total de quatro milhões, duzentos e cinquenta e um mil, dos quais três milhões, duzentos e sete mil, do governo federal.

O governo do Estado fez obras e reparos em delegacias de Polícia, em cadeias públicas, e gastou dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil reais, dos quais dois milhões, duzentos e setenta e um mil, do governo federal. E por aí vai, senhor presidente!

Para se ter uma idéia, o investimento próprio do governo do Paraná em Segurança Pública é algo irrisório, vergonhoso, de qualquer falta de cabimento.

Por isso, senhor presidente, é que faltam viaturas, por isso é que faltam delegados, que faltam cinco mil policiais nas ruas do Paraná, que faltam investigadores, escrivães na Polícia Civil, que falta tudo e o povo abandonado, sofrendo na pele a imperícia de um governo que só faz propaganda, só faz publicidade, e abandona o povo à sua própria sorte.

Não investe na área de Segurança Pública, deputada Serafina! É por isso que a sua querida Maringá sofre na pele a falta de um aparelho de Segurança Pública para proteger o cidadão e a cidadã do nosso Estado, porque o governo Jaime Lerner não investiu em Segurança Pública! Aqui estão os dados! Estão aqui os números! O Paraná é, hoje, um dos piores Estados da Federação, onde não existem policiais civis e policiais militares. Perde para Estados paupérrimos, decadentes, que não têm a economia do nosso Estado!

E o Jaime Lerner faz propaganda! E o Jaime Lerner conta “lorotas”! E o Jaime Lerner anda de avião à jato para cima e para baixo, mentindo para o povo do nosso Estado, mentindo com a “cara de pau” que lhe é peculiar! E o Paraná sofre, e o povo do nosso Estado sofre as imperícias deste governo!

Senhor presidente, não vamos falar aqui da onda de crimes, do crime organizado, dos grupos de extermínio que estão existindo no Paraná. Pasmem, senhores deputados!

Até grupo de extermínio o Paraná já tem, e isto nós pensávamos que fosse “privilégio” do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas infelizmente esses grupos já estão atuando aqui no Paraná por conta de um aparelho de

Segurança Pública incompetente e mal governado, que abandona o povo à sua própria sorte!

É por isso que 19 mulheres são assassinadas, ali em Almirante Tamandaré! É por isso que existe o roubo de cargas no nosso Estado! É por isso que os narcotraficantes atuam impunemente no Paraná! É por isso que o povo está abandonado! E é por isso que o crime cresce desordenadamente, por conta do fiasco do governo Jaime Lerner!

Senhor presidente, a Segurança Pública é um caos, é uma tragédia. O Governo do Paraná não investe! As poucas coisas que foram feitas, foram realizadas com dinheiro do governo federal, como mostra este documento assinado pelo incompetente secretário de Segurança Pública, nefasto José Tavares, de triste memória.

E sexta-feira, deputado Vanhoni, sexta-feira completou cinco meses que o deputado Tiago foi assassinado. Cinco meses! Meio ano aproximadamente, e, segundo se comenta, a Polícia já encerrou o caso porque não tem mais o que fazer!

Ora! Deputado Eli Ghellere, V. Exa. também é do Oeste do Paraná, a situação de descalabro, a situação de abandono, como que pode: mata-se um deputado, assassina-se um deputado, e fica tudo como “dantes no quartel de Abrantes” fica tudo por isso mesmo! O que se imagina das pessoas comuns que andam pela rua sem qualquer tipo de amparo do governo, senhor presidente, senhores deputados! Um deputado é assassinado, passam-se cinco meses e nada se faz, e o governo não quer que a Polícia Federal entre nas investigações, deputado Renato Gaúcho! O governo não quer, porque se a Polícia Federal entrar nas investigações, vai ficar para a Polícia Civil, vai mexer na honra da Polícia Civil. Onde já se viu, não poder chamar a Polícia Federal! E cinco meses se passaram e o crime está aí quase que esquecido, quase que arquivado, e nada se faz. E um colega nosso foi assassinado, tombou vítima da criminalidade exuberante que o Paraná mostra para o Brasil, mostrando que aqui a propaganda falsa, a propaganda virtual, a propaganda mentirosa que o governo veicula nos meios de comunicação é para enganar o povo do nosso Estado

Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que brada forte quando está aqui na tribuna, também poderia me dar a honra de ouvir o meu pronunciamento, V. Exa, que quando alguém fala, reprime, também gostaria de ter o privilégio da sua audiência.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, este é o estado que o Paraná vive, o Estado da propaganda mentirosa, enganosa, um Estado que só sabe fazer anúncio na televisão. Mas a situação é caótica e drástica, o crime está vencendo a guerra e o povo do Paraná está perdendo com a sua própria vida! A população está tombando, caindo, sendo vítima do assalto, do seqüestro, da morte, da violência, do roubo, e o governo nada faz, apenas faz propaganda, apenas mente para iludir, essa é a grande verdade!

Concedo um aparte ao deputado Edson Strapasson.

## O Sr. Edson Strapasson

Deputado Nereu, esses dados que o senhor traz a esta Casa retratam talvez o número de policiais, a defasagem do sistema de segurança a nível de Estado, mas é importante ressaltar alguns desequilíbrios regionais e dizer que aqui na região metropolitana nós temos casos como Almirante Tamandaré, como Colombo, que nós temos um policial militar para mais de quatro mil habitantes. Se formos considerar o efetivo da Polícia Civil, talvez nós tenhamos aí um policial, entre policial civil e militar, um policial para cada dois mil e quinhentos habitantes, muito distante daquilo que foi colocado na média geral aí de um policial para cada quatrocentos, quinhentos habitantes.

Infelizmente, essa realidade é aqui na região onde temos uma concentração muito forte do crime, não diferente das outras regiões, nos coloca hoje em uma situação de desespero.

E, mais uma vez gostaria de deixar claro quando a população da região e do Estado se reportam ao secretário de Segurança em uma audiência como tivemos recentemente com várias lideranças da comunidade, com prefeito, o secretário teve a petulância de se reportar a um cidadão que foi recentemente assaltado e queria ali contar o seu drama, dizia o deputado Tavares - se for alguma assalto, roubo, nem me fale que eu já estou cheio disto!

Demonstra a falta de condição psicológica até de o secretário enfrentar esta marginalidade que está ocorrendo, demonstra aí a incapacidade do governo do Estado de fazer frente e proporcionar segurança ao cidadão e neste momento onde todo o Brasil sofre com a questão segurança, eu diria que o Paraná, que era tradicionalmente um Estado com características muito diferentes a São Paulo, talvez hoje possui um nível de homicídio “per capita”, por habitante, superior a tão falada cidade de São Paulo.

Infelizmente uma realidade onde um governo deixou acontecer por falta de investimento e por falta até de condição moral, porque quando o exemplo que vem de cima no aspecto moral não é bom, com certeza ficará muito difícil cobrar dos policiais uma condição de investigação, uma condição moral na ação da sua tropa. Infelizmente uma realidade que é triste e é importante ressaltar, cada vez que esta Casa através até dos deputados que se omitem a investigar denúncias de falcaturas, de irregularidades administrativas, eles estão contribuindo para que menos recursos cheguem para investimentos na segurança Pública, na Saúde e na Educação.

Não adianta, muitas vezes, nós aqui apenas falarmos se toda esta Casa, na sua maioria, não tem vontade efetiva de fazer com que os investimentos que são do cidadão, que são do povo, recaiam em benefício da sua segurança.

Cada vez que um centavo é mal aplicado, cada vez que nós temos um desvio de um recurso que é público, com certeza vai faltar dinheiro para aquelas necessidades emergenciais como é da Segurança Pública.

Realmente nós temos que cobrar do governo, e aqui não cabe dizer quem é Oposição, quem é Situação, mas dizer uma coisa muito clara: ou nós todos enfrentamos, de frente, esta condição, esta realidade, ou talvez nós percamos a guerra para o crime organizado que predomina, que no dia a dia cresce de forma assustadora e vemos aí muitas vezes o governo importante e esta Casa muitas vezes não priorizando a ação efetiva do governo.

#### O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte, deputado Strapasson, e para concluir o meu pronunciamento, senhor presidente, quero dizer aqui que em relação ao assassinato do deputado Tiago, nós propusemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito e esperamos vê-la aprovada para poder investigar este episódio, para poder contribuir com o povo do Paraná, para esclarecer para que este crime não fique arquivado não seja passada uma borracha, porque é o que nós imaginamos; se persistir o atual quadro, não temos dúvida que vão passar uma borracha neste crime, que vai ficar como um dos crimes pendurados na prateleira, daqueles inexplicáveis do Estado do Paraná.

Estamos propondo a CPI, estamos requerendo regime de urgência e quero dizer ao deputado Durval Amaral que é o líder do Governo, que a CPI aqui nesta Casa, composta de sete membros, o governo fica com a maioria, ficam quatro deputados do governo e três da Oposição. Não há porque se preocupar, porque dá para se fazer uma CPI buscando fazer um trabalho sério sem que seja endereçada politicamente para colaborar com este ou aquele grupo.

Por último, senhor presidente, vergonhosamente, o governo federal está pensando de mandar para o Paraná uma força-tarefa. Segundo a imprensa, o governo do Estado se surpreendeu, com o anúncio do governo federal, de encaminhar para o Paraná uma força-tarefa, para combater o roubo de cargas nas rodovias do Estado do Paraná. O ministro da Justiça anunciou a criação de uma força-tarefa, composta pelas Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e pelo Ministério Público, para atuar, aqui, no Paraná, porque aqui, o que se vê é que o governo não dá conta, não faz o dever de casa.

O ano passado, senhor presidente, senhores deputados, o roubo de cargas no Paraná deu um lucro para os ladrões e um prejuízo para o trabalhador de 12 milhões e oitocentos mil reais. Por isso é que o governo federal está pensando em mandar uma força-tarefa, para combater o crime organizado, aqui, no nosso Estado, porque o governo do Paraná não faz o dever de casa. O povo do nosso estado fica abandonado, à mercê da própria sorte, enfrentando a ação dos marginais, dos bandidos e seqüestradores, coma sua própria vida.

Fica aqui o nosso alerta, um documento que não tem palavras soltas ao vento. São documentos, que temos em nossas mãos, irrefutáveis, que demonstram que o quadro da segurança pública no Paraná é desastroso, caótico,

horrível e um dos piores do Brasil. O povo do Paraná paga com a sua própria vida o desleixo das autoridades.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, requeiro à Mesa, que me forneça as notas taquigráficas do discurso do deputado Nereu Moura, porque até aonde foi possível, eu ouvi. Mas como ele fez uma reclamação, quero com as notas taquigráficas, ainda, hoje, pela madrugada afora, saborear cada palavra do deputado.

Faça-me essa gentileza!

#### O SR. NEREU MOURA (*Pela Ordem*)

Senhor presidente.

O deputado Waldyr Pugliesi, pelo qual tenho respeito profundo e consideração, aqui nesta Casa, não pode querer humilhar um parlamentar dessa forma. Ora, se fiz um pronunciamento nesta Casa, bastava querer ouvi-lo. Sempre fiz os pronunciamentos com o mesmo tipo e com a mesma intervenção! Quero pedir ao deputado Waldyr Pugliesi, - como já disse -, um deputado que respeito muito, que não precisava ouvir e nem ler os meus pronunciamentos, porque ficando nos Anais da Casa, para mim, já é importante.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, reitero o pedido que fiz do deputado que se pronunciou. Quero ter essa possibilidade de ter o pronunciamento dele, para que eu possa ler na íntegra. Porque aqui dentro, muitas vezes, a gente não pode ouvir a totalidade dos pronunciamentos que são feitos. É um expediente válido e regimental e não estou querendo humilhar ninguém. A minha prática de vida política mostra isso. Portanto, reitero o pedido que fiz à Mesa.

#### O SR. PRESIDENTE (*Elio Rusch*)

V. Exa. terá as notas taquigráficas.

Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PT; PTB; PSDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo. PFL. Concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

Logo após o seu pronunciamento, passa-se à Ordem do Dia.

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, nobres pares, senhoras e senhores.

É com prazer que, na tarde de hoje, estamos anunciando o nascimento de mais uma Lei, de nº 13.557, que foi sancionada pelo governador Jaime Lerner, no dia 14 de maio deste ano.

Essa lei, na realidade, senhoras e senhores deputados, que foi aprovada por unanimidade nesta Casa, vem tornar obrigatória a publicação de balancetes trimestrais pelas universidades públicas estaduais, e balancetes esses de verificação contábil, receita, despesa, um balancete sintético e analítico também mostrando as fontes de

recursos que mantêm as universidades públicas do Paraná, de onde advém esses recursos, a quantidade de recursos e sua aplicação.

Quero aqui parabenizar o nosso governador Jaime Lerner pelo seu discernimento, pelo seu esforço, pela sua compreensão e entendimento de que as nossas universidades públicas estão passando por um momento muito difícil, aliás, já existe até uma Comissão Especial de Investigação que tem Ribas Carli como nosso presidente, para averiguar o que é que está acontecendo na prática.

As nossas universidades, nos últimos oito anos receberam mais de 400% de recursos oriundos do próprio Tesouro Estadual, mas o crescimento físico dessas universidades não tem sido compatível com a necessidade que a sociedade exige. Em números, somente a Universidade Estadual de Maringá, nos últimos 7 anos recebeu 26 milhões; passou para 84 milhões. Este ano está passando para 104 milhões os recursos recebidos diretamente do Tesouro do Estado, mais 10 milhões, o ano passado, a UEM recebeu recursos oriundos de convênios com entidades particulares, e o seu crescimento nos últimos 8 anos foi de 28%, o número de salas de aulas, o número de cadeiras, e as necessidades, ultrapassaram 115%.

Está se criando então um fenômeno, que é os partidos de Hobin Wood ao contrário. Hoje quem entra na Universidade Estadual de Maringá é o aluno que vem da escola particular. Geralmente o seu perfil sócio-econômico pertence à classe média alta por que não dizer, da classe rica do Estado do Paraná. E o jovem que não consegue entrar na universidade pública estadual, vem de uma escola pública, trabalha durante o dia, pertence à classe média, média baixa, classe pobre, esse não consegue entrar, senhor presidente.

Então, esta que é a realidade das nossas universidades públicas do Paraná. São mantidas com recursos do ICMS, advindos da classe baixa, da classe média, só que para manter, para financiar universidade para o jovem rico! Não sou contra o jovem rico, mas a universidade pública estadual deveria privilegiar o jovem da classe pobre que não tem recursos para entrar numa universidade paga, e acontece justamente o contrário, e nós vemos o quê? O nosso jovem pobre não consegue realizar seus sonhos numa época em que o conhecimento é exigido para que o cidadão possa ser produtivo num mundo globalizado. O jovem pobre não encontra na faculdade pública gratuita um espaço para estudar.

Então acredito que esse nosso projeto de lei transformado em lei já, de nº 13.557 vai provocar um divisor de águas, vai fazer com que a universidade pública gratuita do Paraná passe a publicar esses balancetes trimestralmente na imprensa, nos jornais de maior circulação onde essas universidades estão instaladas, e com isso tenho certeza, a opinião pública vai acompanhar o desempenho dos diretores, dos dirigentes dessas universidades que com certeza hoje estão com metodologia já obsoleta, fazendo uma administração arcaica, muito

aquém do que a realidade exige, porque não é possível o governo estadual alocar recursos de tão grande monta, ou seja, 1/12. A cada doze meses de arrecadação, o governo manda um mês para as Universidades Públicas e elas não crescem: pelo contrário, estão definhando, bibliotecas defasadas, falta de equipamentos e funcionários mal pagos. Então, o que está acontecendo? Esses balancetes vão mostrar para a sociedade como e quanto está sendo aplicado nas Universidades Públicas.

Senhor presidente, só para terminar, quero responder ao deputado Nereu Moura do PMDB, que fez referência à segurança pública de Maringá. Eu, como deputado que represento aquela cidade, devo dizer a ele e a todos os demais companheiros com muito orgulho que a segurança pública em Maringá está indo muito bem. Maringá, apresenta os menores índices de criminalidade no Estado do Paraná. Temos uma Polícia Civil atuante, temos uma Polícia Militar também atuante, temos uma penitenciária construída no governo Jaime Lerner e temos uma em andamento, para o regime semi-aberto, que vai ser inaugurada até o final do ano. Então, é só responder ao deputado Nereu Moura, que talvez não tenha essa informação.

Maringá vai muito bem e estamos satisfeitos com a segurança pública de lá.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**).

Senhor presidente, tendo em vista que está marcada uma audiência pública para o dia 29 com o senhor secretário de Finanças, a respeito da prestação de contas quadrimestral, eu gostaria de saber de V. Exa. se já chegaram a esta Casa as informações.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu já fiz essa solicitação na última quarta-feira e ficaram de nos encaminhar até o final da tarde de hoje, estou aguardando.

Farei a cobrança novamente.

#### O SR. MARCOS ISFER

Obrigado, senhor presidente, tenho certeza que o senhor, com a sua costumeira eficiência, poderá dar os dados, para que não fique, ao invés de uma audiência pública, apenas uma palestra pública.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor doutor Annibal Bianchini da Rocha. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 212/2000  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Annibal Bianchini da Rocha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.2002  
(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 645/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Central de Associações de Roncador- OCAR, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 645/2001  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Associações Comunitárias do município de

Roncador, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.2002  
(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 646/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 646/2001  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.2002  
(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do município de Godoy, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 037/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 10.654, de 14 de dezembro de 1993, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.05.2002

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, vamos entrar agora, na discussão da Redação Final do Projeto nº 93/2002, e eu tenho procurado dar uma analisada nas questões de sede e foro de município, porque tem surgido alguns problemas no entendimento do parlamentar, quando elabora, e tem havido, de certa forma e eu até reconheço, um descuido nosso quando transita pela CCJ, pela assessoria do Departamento Legislativo e muitas vezes, até, da assessoria de Plenário.

Eu indago a V. Exa., neste caso do item 5, se consta realmente como sede e foro no município de Jussara, porque Jussara não é comarca. A comarca é Cianorte. Então estaria incorreto, e eu me penitencio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi um erro de publicação, porque foi feito o Substitutivo, aprovado e, na redação final do projeto fala o seguinte: "Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jussara, com sede no município de Jussara e foro no município de Cianorte.

O SR. ORLANDO PESSUTI

E aproveito a mesma questão de ordem, já que o assunto é o mesmo, o item nº 23, projeto do deputado Nelson Garcia e tem Substitutivo Geral da CCJ e lá fala município de Mariluz, com sede e foro no município. A Comarca é Cruzeiro do Oeste. Item 23.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem um substitutivo que será apreciado em 2ª discussão, onde altera o foro para o município de Cruzeiro do Oeste.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então o item 23 e o item nº 05 estão corrigidos, têm o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 093/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Jussara. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 093/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jussara, com sede no município de Jussara e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

## ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 117/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Igreja Presbiteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

## REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 117/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

No item nº 06, vejo que o projeto realmente tem os méritos que foram explicitados pelo deputado Moysés Leônidas, quando o apresentou. Inclusive quando nos foi trazido, assinamos a Redação Final, mas, naquele momento, pedi à assessoria do Departamento Legislativo, que complementasse um documento que, na nossa opinião, está faltando no processo.

Não está anexada a cópia do CNPJ, que é uma exigência. E tem também uma questão e gostaria até que o deputado Moysés Leônidas pudesse explicitar para nós, porque, pelo relatório, a gente observa que a Igreja Presbiteriana de Jataizinho desenvolve um trabalho na área de filantropia, na área social de atendimento a pessoas carentes e tudo mais.

Então, dentro desse aspecto, estariam atendidos os requisitos. Agora, a dúvida que me suscitou nesses

dias com relação a este projeto e alguns outros, é se deveríamos conceder utilidade pública às Igrejas ou se somente poderíamos conceder a serviços da Igreja. Por exemplo: o Serviço Social da igreja tal. E também nos documentos deste projeto, e eu, por acaso, estou falando deste, porque tive a oportunidade de analisar este e aqueles do Nelson Tureck, quando da Redação Final, e acabei vendo este projeto. É um projeto que propõe a Utilidade Pública para a Igreja Presbiteriana de Jataizinho. Aí, toda documentação que fala da não remuneração, o relatório de atividades vem em nome da Congregação Presbiteriana de Jataizinho. Aí, confundi realmente, a minha cabeça. Não sei se estamos declarando de Utilidade Pública a Congregação, que poderia ser um Serviço da Igreja Presbiteriana e aí, sim, ter a utilidade declarada.

Então ficaram na minha cabeça algumas dúvidas, além de estar faltando a cópia do CNPJ.

Gostaria de ter esclarecido isso pelo deputado Moysés Leônidas, porque vejo no relatório, mérito para que a concessão seja dada. Agora me parece que faltam alguns documentos que poderiam prejudicar o andamento, na sequência.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

A assessoria preparou e acho até que tem procedência a colocação do deputado. Embora, especificamente, essa Congregação exista com esse nome, prestando serviços inclusive de filantropia e atendimento aos carentes.

Não sei se há possibilidade da retirada de pauta por uma ou duas Sessões.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendendo solicitação de V. Exa. retiramo-lo da pauta.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

A sugestão, senhor presidente, me permita, é que retorne à Comissão de Redação Final, já que por todas as outras Comissões já transitou e que esse CNPJ que está faltando possa ser enviado e que possa ser corrigido qualquer eventual erro que tenha.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

**Devolvemos à Comissão de Redação Final.**

#### ITEM 07

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 122/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - ACAMSOP/14, com sede e foro no município de Pato Branco. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 122/2002**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - ACAMSOP/14, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Monte Sião de Paranaguá, com sede e foro no mesmo município. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Rural de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade do município de Catanduvas, com sede e foro no mesmo município. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

## ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município e comarca de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do artigo 1º incisos I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1897. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/2001

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, altera da redação do artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 7.275/79 e do artigo 1º da Lei nº 297/1897.

Emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 347/2001.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**Em votação.**

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

O Projeto de Lei nº 347/2001, peço atenção do deputado Antonio Carlos Belinati, porque foi ele o relator na Comissão de Constituição e Justiça, ele me suscita algumas dúvidas que indago a V. Exa. e à Mesa.

O Projeto nº 347/2001, visa alterar divisas do distrito administrativo de Piquitos no município de Ponta Grossa. Não tive a oportunidade hoje de buscar na Constituição essas informações, mas até onde tenho conhecimento, hoje a criação, a divisão de distritos administrativos é uma competência estabelecida pela Lei Orgânica dos Municípios. É uma atribuição hoje dos municípios, até onde a minha cabeça me ajuda neste momento. E quando fala também de distrito judiciário, se bem que não está alterando, fala “mantida as divisas

dos distritos judiciários”. Nós estamos na Assembléia discutindo agora Divisão e Organização Judiciária do Paraná.

Nós sabemos que até pouco tempo atrás, a divisão judiciária, os limites, confrontações dos Cartórios de Registro de Imóveis e outro serviços, eram estabelecidos por lei. Hoje existe uma vontade do Tribunal de Justiça, parece-me, que isso seja estabelecido pela resolução do Tribunal. Mas hoje me baseio pela questão do distrito administrativo. Porque, até onde tenho ouvido nas reuniões por aí afora, na União dos Legislativos Estaduais, os deputados dizem - olha, nem os distritos que nós antigamente criávamos pela Assembléia, hoje podemos fazer porque isso é competência do município, estabelecer a sua divisão.

Por isso, entendo que não está amparado constitucionalmente esse projeto, e sugeriria a V. Exa. que se não tiver outro argumento que possa me convencer, gostaria que ele retornasse à CCJ, para que outra análise fosse feita.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

**Por decisão desta Mesa, nós devolvemos à Comissão de Constituição e Justiça para análise mais aprofundada.**

## ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a participar da COHAPREV - Previdência Privada da COHAPAR, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27.11.2001 - Mens.).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 628/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a participar da COHAPREV - Previdência Privada da COHAPAR, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 628/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 52/2001, autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a participar da COHAPREV - Previdência Privada da COHAPAR, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 628/2001.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11.12.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 702/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro na cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05.03.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 085/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2002, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 391/2002, que concede a gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 222/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao servidor público do efetivo integrante do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná poderá ser concedida, por ato do Procurador-Geral de Justiça, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata ou do Departamento de Recursos Humanos, observado o disposto no artigo 164, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do servidor para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale transporte e auxílio alimentação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.2002.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência da Mensagem Governamental nº 003/2002 enviada ao Poder Legislativo em 18 de fevereiro de 2002, solicitando autorização para conceder ao funcionário público integrante do Quadro Geral do Estado gratificação especial de assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais), visa o presente anteprojeto propor a concessão de idêntica gratificação aos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.

Impede ressaltar que, conforme estudos realizados no setor administrativo desta instituição, o valor anual da gratificação ora em questão será de R\$396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais) considerando o período de abril a dezembro de 2002, cujo impacto em relação à Receita Corrente Líquida corresponde ao índice de 0,005855, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 13.386/2001).

Por igual, demonstrou o sobredito estudo que a concessão da presente gratificação não ensejará a superação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 222/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, visa conceder a gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 222/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade conceder a gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Ademar Traiano, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação, na forma da Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA ADITIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 222/2002

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

“Art.... - A gratificação especial por assiduidade será devida a partir da data em que foi sancionada a lei que estendeu o mesmo benefício aos servidores do Poder Executivo”.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2002, de autoria do Tribunal de Justiça- Ofício nº059/2002, que altera a Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 e Tabela 1, do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, referentes aos quadros de servidores do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 223/2002  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1º - A Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, e Tabela I do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, ambas alteradas pela Lei nº 12.560, de 25 de maio de 1999, passam a vigorar com os valores dos anexos a esta lei, calculados nos termos da sentença proferida na Ação Declaratória, Autos nº 10.878, da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da comarca de Curitiba, com a absorção do percentual de 30,74% (trinta vírgula setenta e quatro por cento) implantados.

Art. 2º - Nenhum servidor do Poder Judiciário poderá perceber, a qualquer título, remuneração bruta superior à percebida pelos juízes de Direito de Entrância Final, ressalvadas as vantagens de caráter pessoal e acumulação de proventos com vencimentos de cargo em comissão.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.2002  
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO II  
TABELA 3  
**NÍVEIS DE VENCIMENTO**

| Ordem | A      | B        | C        | D        | E        | F        |
|-------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 1     | 646,88 | 834,54   | 1.068,30 | 1.378,08 | 2.037,11 | 2.628,18 |
| 2     | 662,03 | 854,11   | 1.093,17 | 1.410,36 | 2.084,85 | 2.689,75 |
| 3     | 677,55 | 874,11   | 1.118,79 | 1.443,40 | 2.133,69 | 2.752,77 |
| 4     | 693,42 | 894,59   | 1.145,00 | 1.477,21 | 2.183,68 | 2.817,27 |
| 5     | 709,66 | 915,54   | 1.171,83 | 1.511,83 | 2.234,84 | 2.883,28 |
| 6     | 726,29 | 937,00   | 1.199,29 | 1.547,25 | 2.287,21 | 2.950,83 |
| 7     | 743,31 | 958,95   | 1.227,39 | 1.583,50 | 2.340,79 | 3.019,97 |
| 8     | 760,72 | 981,41   | 1.256,13 | 1.620,60 | 2.395,63 | 3.090,73 |
| 9     | 778,54 | 1.004,41 | 1.285,57 | 1.658,57 | 2.451,78 | 3.163,14 |
| 10    | 796,78 | 1.027,94 | 1.315,69 | 1.697,44 | 2.509,22 | -        |
| 11    | 815,44 | 1.052,01 | 1.346,51 | 1.737,22 | 2.568,01 | -        |

TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO II  
TABELA 1  
**NÍVEIS DE VENCIMENTO**

| Ordem | A      | B        | C        | D        | E        | F        |
|-------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 1     | 646,88 | 834,54   | 1.068,30 | 1.378,08 | 2.037,11 | 2.628,18 |
| 2     | 662,03 | 854,11   | 1.093,17 | 1.410,36 | 2.084,85 | 2.689,75 |
| 3     | 677,55 | 874,11   | 1.118,79 | 1.443,40 | 2.133,69 | 2.752,77 |
| 4     | 693,42 | 894,59   | 1.145,00 | 1.477,21 | 2.183,68 | 2.817,27 |
| 5     | 709,66 | 915,54   | 1.171,83 | 1.511,83 | 2.234,84 | 2.883,28 |
| 6     | 726,29 | 937,00   | 1.199,29 | 1.547,25 | 2.287,21 | 2.950,83 |
| 7     | 743,31 | 958,95   | 1.227,39 | 1.583,50 | 2.340,79 | 3.019,97 |
| 8     | 760,72 | 981,41   | 1.256,13 | 1.620,60 | 2.395,63 | 3.090,73 |
| 9     | 778,54 | 1.004,41 | 1.285,57 | 1.658,57 | 2.451,78 | 3.163,14 |
| 10    | 796,78 | 1.027,94 | 1.315,69 | 1.697,44 | 2.509,22 | -        |
| 11    | 815,44 | 1.052,01 | 1.346,51 | 1.737,22 | 2.568,01 | -        |

**JUSTIFICATIVA:**

A proposta do presente projeto de lei visa ajustar a Tabela 3 do Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de

1.997, e a Tabela 1, do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, ambas alteradas pela Lei nº 12.560, de 25 de maio de 1.999.

Decisões judiciais reconheceram, em primeiro e segundo graus, a concessão de reajustes diferentes (ou seja, o emprego de percentuais diferenciados) para servidores do Poder Judiciário e para servidores do Poder Executivo.

Comparadas as diferenças de percentuais de reajustes concedidos, apurou-se um índice de 53,06% (cinquenta e três vírgula zero seis por cento), através de sentença confirmada nos superiores graus de jurisdição e prolatada na Ação Declaratória cumulada com Condenação, Autos nº 10.878, da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, reconhecida em favor dos Servidores do Poder Judiciário (cópia anexa).

Intercorrentemente, cerca de 80% dos servidores celebraram, individualmente, acordos com o Estado do Paraná, pendentes de homologação, e passaram a receber um índice de 30,74% (trinta vírgula setenta e quatro por cento).

Em face disto a execução no aludido processo, em princípio, deixa de abranger todos os servidores, posto que a ação só congrega os filiados do sindicato proponente ou substituídos.

Esta situação ocasionará vencimentos desiguais para servidores ocupantes do mesmo cargo, anomalia esta que será solucionada com a aprovação da presente proposta de lei, que absorve o percentual de 30,74% implantados por força de acordo, estabelece o princípio da isonomia entre os quadros do Poder Judiciário com o índice uniforme de 53,06%. O disposto no artigo 2º foi inserido objetivando única e exclusivamente evitar eventuais discrepâncias que possam ocorrer.

As despesas decorrentes de percentual idêntico para todos os servidores, consequência da execução desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 223/2002

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto é de autoria do egrégio Tribunal de Justiça, que remeteu anteprojeto a esta Casa através do Ofício nº 59/2002. O projeto visa alterar a Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 e a Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, referentes aos Quadros de Servidores do Poder Judiciário.

#### Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 96, II, “b”, cita que ao Tribunal de Justiça cabe propor ao Poder Legislativo respectivo a criação e a extinção e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados. Igual dispositivo encontra-se na Constituição Estadual, no art. 101, I, “b”, o artigo 103, inciso I, da mesma carta complementa ao dispor que compete

ao Tribunal de Alçada propor ao Tribunal de Justiça que este encaminhe à Assembléia Legislativa a fixação dos vencimentos dos cargos de suas secretarias.

Assim, pelo acima descrito conclui-se estar amparada de constitucionalidade a iniciativa legislativa por parte do Tribunal de Justiça, já que cumpriu os ditames constitucionais acima citados, bem como, o artigo 37, X da Constituição Federal e o artigo 27, X da Constituição Estadual, que asseguram que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser alterada pela lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, garantida a revisão geral anual sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Outrossim, a justificativa da proposição aqui analisada nasce de mando judicial, já que decisões judiciais reconheceram em 1º e 2º graus de jurisdição a existência de concessão de reajustes diferenciados entre servidores do Poder Judiciário e os servidores do Poder Executivo.

O índice desta diferença é de 53,06%, ocasionando vencimentos desiguais para servidores ocupantes do mesmo cargo. Índice desigual reconhecido em favor dos servidores do Poder Judiciário em sentença prolatada pela juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas. Contudo, a maioria destes servidores celebrou acordo junto ao Estado do Paraná e passaram a receber um índice de 30,74%. Com a aprovação da presente medida, absorvido o percentual de 30,74% se restabelecerá o princípio da isonomia entre os quadros do Poder Judiciário com o índice uniforme de 53,06%.

O artigo 3º do projeto destaca que as despesas decorrentes da execução da medida proposta correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário. Tal norma é respaldada pela declaração assinada em conjunto pelos presidentes dos Tribunais de Alçada e de Justiça de estar essas despesas contempladas nas propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 2002 e compatíveis com o Plano Plurianual 2002/2003 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002, em acordo ao exigido no inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

#### Conclusão

Assim, pelas razões acima expostas, opinamos que o Projeto de Lei nº 223/2002 é constitucional e legal, já que obedece as normas constitucionais referentes à matéria, bem como, está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 223/2002

### P A R E C E R :

O presente projeto é de autoria do egrégio Tribunal de Justiça, que remeteu anteprojeto a esta Casa através do

Ofício nº 59/2002. O projeto visa alterar a Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 e a Tabela I, do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, referentes aos Quadros de Servidores do Poder Judiciário.

A Comissão de Constituição e Justiça já analisou a matéria, quanto ao seu aspecto legal, constitucional e regimental, oferecendo parecer favorável.

Chamada a opinar de acordo com o Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o mesmo entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

## ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste que declara de Utilidade Pública a Associação de Irmãs Beneficente Evangélicas da Vila Pérola - IABEP, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2002, de 22.04.2002)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229//2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Irmãs Beneficente Evangélicas da Vila Pérola, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Mãe Solidária - CAMS, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2002, de 22.04.2002)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 230//2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Casa de Apoio Mãe Solidária - CAMS, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/2002, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Bela Vista, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/2002, de 22.04.2002)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 234//2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Bela Vista, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 047/2002, de 23.04.2002)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 236//2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Mariluz.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 236//2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Liga das Associações Culturais de Assaí - LACA, com sede e foro no município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 242//2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Liga das Associações Culturais de Assaí - LACA, com sede e foro no município de Assaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1199, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1200 e 1201, de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1203 a 1205 e 1227, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1209 e 1210, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1211, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1292, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1294, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1309, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1303 a 1307, de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1229, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, verificação de votação.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**  
**(Inicia a chamada nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O nobre deputado Waldyr Pugliesi retira a chamada nominal. Vamos fazer então, a verificação de quórum.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira, queriam levantar-se.

02 votos favoráveis.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

19 votos contrários.

**Não há quórum para deliberação.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 628, 702/2001, 085,222, 223, 229, 230, 234, 236 e 242/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568/2001, 006, 081, 167, 177, 216, 226, 243, 245, 249 e 251/2002.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após ao término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 008, 013, 048 e 060/2002.

Levanta-se a Sessão.

**Ata de Comissão:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**09ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Orlando Pessuti, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio e José Maria Ferreira. Retificado ata da 8ª Reunião Ordinária, onde foi apresentado no Expediente justificativa do senhor deputado Algaci Tulio devido sua ausência naquela reunião. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 020/2001 de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca à emenda de plenário na forma da emenda substitutiva geral anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 371/99 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 129/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, e Projeto de Lei nº 176/2000 de autoria do deputado Beto Richa, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 195/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 214/2002 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 284/2002 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO

VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e José Maria Ferreira; 07) Projeto de Lei nº 260/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 159/2002 de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 263/2000 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 175/2002 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Caíto Quintana; 11) Projeto de Lei nº 524/2001 de autoria do Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas à emenda de Plenário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 191/2002 de autoria do Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 189/2002 de autoria do Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 407/2001 de autoria do Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao deputado José Maria Ferreira; 15) Projeto de Lei nº 443/99 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 097/2002 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 197/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 168/2002 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 212/2002 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 218/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 156/2002 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 219/2002 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 009/2002 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 215/2002 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 456/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma e Projeto de lei nº 548/99 de autoria do deputado Cleiton Kielse, ambos anexos. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 065/2002 de autoria do deputado Sérgio Spada. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIAS junto a Secre-

taria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Saúde - DEFERIDO; 27) Projeto de Lei nº 239/2001 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 216/2002 de autoria do deputado Ademar Traiano. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Duílio Genari; 29) Projeto de Lei nº 239/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### **Pedido de Adesão:**

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO.**

IVETE DE CARVALHO, matrícula nº 40280, endereço Rua Alberto Foloni, 206, bairro Juvevê, cidade de Curitiba, CEP: 80.530-280-PR, remuneração mensal estimada R\$647,20, CPF: 041.354.848-16.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº..., de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4201/2002)

Curitiba, em, 16.05.2002.

(a) IVETE DE CARVALHO